

#### Resumo:

Este trabalho busca compreender como a linguagem moral do reconhecimento deixa-se transparecer nos critérios da delimitação do público-alvo das políticas sociais contidas no Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI). Desde o início de sua implementação em 2007, as políticas sociais desenvolvidas no Brasil pelo PRONASCI, como a Proteção e a Mulheres da Paz, se vêem como parte de um projeto de prevenção da violência promovendo a integração social dos jovens. Um relatório sintetizando as visões de autoridades governamentais latino-americanas acerca dos problemas ligados à violência juvenil, publicado pela CEPAL em 2008, indica que boa parte das políticas sociais oferecidas para melhorar estes problemas nos contextos nacionais da região estão em projetos difusos por várias áreas do governo, mas dificilmente vinculados a um corpo unificado de diretrizes concernentes aos direitos de cidadania dos jovens; mesmo relacionados a prevenção da violência juvenil, geralmente são subdivididos em atividades definidas por critérios de tipos de problemas setoriais associados com as altas taxas de criminalidade, e não das características de seu próprio público-alvo representado nestas taxas como vítima tanto quanto como autor. O PRONASCI parece ter características que diferem um pouco desta tendência, quando dentre seus objetivos oficiais estão a promoção de relações sociais baseadas em fortalecimento dos laços comunitários ao redor do jovem. Por isso, interessa à análise ver as relações que buscam ser fortalecidas nas atividades previstas no programa; pertinentes ao *status* de cidadania, elas são relevantes aos direitos e deveres que podem ser esperados deles como membros integrais da sociedade (Marshall, 1967). Depois, a fundamentação discursiva das políticas sociais do PRONASCI será compreendida por meio das formas de linguagem moral que ela deixa transparecer, com apoio na concepção de Axel Honneth de *reconhecimento* como gramática teórica para a “a reconstrução consistente e a justificação normativa das demandas políticas atuais” (Honneth, 2003).

#### Referências:

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**. São Paulo: Editora 34, 2003.

<http://portal.mj.gov.br/pronasci/data/Pages/MJF4F53AB1PTBRIE.htm>, último acesso: 14/06/2011

Economic Commission for Latin America and the Caribbean, Social Panorama of Latin America, 2008.